



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 18/08/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



### **PGR pede ao STF que exija do Congresso regulamentação de demissão sem justa causa**

O procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) obrigue o Congresso a regulamentar o direito do trabalhador contra demissões arbitrárias ou sem justa causa. A ação foi distribuída no começo do mês à ministra Cármen Lúcia, que já deu 30 dias para o Senado e a Câmara prestarem informações.

A Constituição impõe ao Congresso a obrigação de editar lei complementar sobre o tema. O PGR vê omissão do Legislativo em não regulamentar a demissão sem justa causa após 34 anos. Para Aras, a situação resulta em “contínuos prejuízos aos trabalhadores que foram e que vierem a ser demitidos injustificadamente por seus empregadores”.

Para Aras, a indenização compensatória não é suficiente para concretizar o direito à proteção da relação de emprego. A indenização de 40% sobre o FGTS foi estabelecida pela Constituição com o intuito de valer até a edição de lei complementar sobre o tema.

“Referida mora acarreta, em última análise, contínuos prejuízos aos trabalhadores urbanos e rurais de todo o país que foram e que vierem a ser demitidos injustificadamente por seus empregadores, por falta de previsão de todos os direitos trabalhistas que haveriam de lhes ser concedidos e que, por conta de inércia legislativa, não foram instituídos até os dias atuais”, sustenta o PGR.

Em maio, o STF decidiu manter as normas atuais sobre a demissão sem justa causa. A pauta era sobre a aplicação, no Brasil, da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que exige que o empregador apresente um “motivo justo” para a demissão.

Naquele caso, contudo, a discussão girou em torno da competência do presidente da República para anular um acordo internacional. A questão foi levada ao STF após o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) anular a adesão do Brasil ao acordo – o que, segundo os autores, feriu a autonomia do Congresso.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 18 de agosto.

### **Senado aprova auxílio-aluguel para vítimas de violência**

O Senado aprovou nesta quarta-feira (16) a concessão de auxílio-aluguel para mulheres vítimas de violência doméstica (PL 4.875/2020). O benefício no valor definido por cada estado será pago pelo período de seis meses. O texto, que segue para sanção presidencial, define que estados, Distrito Federal e municípios poderão se valer de verbas da assistência social para bancar o auxílio.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 18 de agosto.

### **Juros do consignado do INSS caem para 1,91% ao mês após redução da Selic**

O CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social) aprovou nova queda nos juros do empréstimo consignado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) de 1,97% ao mês para 1,91% em reunião extraordinária nesta quinta-feira (17). Essa é a terceira vez no ano que a taxa máxima cobrada de aposentados e pensionistas na modalidade tem alteração.

A redução foi aprovada por 14 votos a 1 e seguiu estudos técnicos do Ministério da Previdência Social, conforme nota do órgão. O novo patamar valerá para o empréstimo pessoal consignado. No cartão de crédito e no cartão de benefício, também houve redução, de 2,89% para 2,83%.

A medida ocorre poucas semanas depois de o Banco Central ter reduzido a taxa básica de juros da economia, a Selic, para 13,25% ao ano. Para a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), a redução na taxa do consignado gera “distorções relevantes nos preços de produtos financeiros” e “tende a restringir a oferta de crédito mais barato”.

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, chegou a afirmar, um dia depois da queda da Selic, que iria propor redução das taxas do INSS. “Essa questão das taxas de juros será discutida dentro do Conselho, proximamente. Vamos aguardar um pouco o comportamento do mercado. Acho que essa questão do consignado continua muito grave”, disse ao jornal O Globo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 18 de agosto.

## **Barreira é bastante alta para BC aumentar ritmo de cortes de juros, diz Campos Neto**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nesta quinta-feira (17) que a barreira para intensificar os cortes de juros é elevada e reafirmou a estratégia de reduções de 0,5 ponto percentual na taxa básica (Selic) nas próximas reuniões do Copom (Comitê de Política Monetária).

"A barra para aumentar o ritmo é bastante alta, a gente enxerga um ciclo em que o ritmo de 0,5 ponto percentual é apropriado", afirmou Campos Neto, em entrevista ao site Poder360.

"Estamos olhando as expectativas de inflação, a dinâmica de inflação corrente, o hiato [do produto], que é capacidade de o país crescer sem gerar inflação. Estamos dizendo que a barra é alta para mudar esse ritmo de 0,5 ponto tanto para cima quanto para baixo", acrescentou.

A fala veio alinhada com o discurso da diretora de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos do BC, Fernanda Guardado. Na terça-feira (15), ela disse que as surpresas teriam de ser "muito substanciais" para justificar uma mudança em relação ao plano de voo que foi antecipado.

No início de agosto, o Copom anunciou o primeiro corte de juros no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com a redução da Selic em 0,5 ponto percentual —de 13,75% para 13,25% ao ano.

O tamanho do afrouxamento gerou divergências e o placar final ficou apertado (5 a 4). Os membros do comitê, contudo, foram unânimes em antever novas quedas de 0,5 ponto nas próximas reuniões.

Na ata da última reunião, o colegiado do BC disse julgar como "pouco provável" uma intensificação adicional de flexibilização da Selic.

Para reconsiderar essa posição, a autoridade monetária citou a necessidade de uma "alteração significativa dos fundamentos da dinâmica da inflação" e colocou algumas condições.

Entre elas, mencionou uma melhora "bem mais sólida" das expectativas de inflação, uma abertura "contudente" do hiato do produto ou uma dinâmica "substancialmente mais benigna" do que a esperada da inflação de serviços. O hiato do produto é uma variável que mede o grau de ociosidade da economia pela diferença entre o crescimento potencial e o efetivo da atividade.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 18 de agosto.

## **Queda do IGP-10 perde força em agosto com pressão de commodities, diz FGV**

O IGP-10 (Índice Geral de Preços-10) registrou queda de 0,13% em agosto, depois de recuar 1,10% no mês anterior, com a deflação perdendo força diante da retomada da pressão dos preços de algumas commodities.

Assim, o IGP-10 passa a acumular em 12 meses queda de 7,37%, contra recuo recorde de 7,89% em julho.

O IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), que mede a variação dos preços no atacado e responde por 60% do índice geral, caiu 0,20% em agosto, depois de recuo de 1,54% no mês anterior.

"Assim como a soja (de -3,07% para 5,98%), commodity de maior peso no IPA, contribuiu para a redução da deflação registrada pelo IGP-10, outros produtos de peso relevante no índice ao produtor também o fizeram", disse em nota André Braz, coordenador dos índices de preços, citando bovinos (de -2,87% para 0,72%), milho em grão (de -9,49% para -0,67%) e café (de -10,99% para -7,43%).

O IPC-10 (Índice de Preços ao Consumidor), que responde por 30% do índice geral, teve no mês variação negativa de 0,01%, de avanço de 0,02% em julho, com destaque para o recuo de 0,72% nos preços de alimentos em agosto, após queda de 0,17% antes.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), por sua vez subiu 0,17% em agosto, contra ganho de 0,01% em julho.

O IGP-10 calcula os preços ao produtor, consumidor e na construção civil entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 18 de agosto.